

O QUE AS GERAÇÕES FUTURAS PRECISAM SABER SOBRE A ANISTIA

Autor: Clarissa Paiva Guimarães e Silva
Professor Orientador: Fafina Vilela de Souza

INTRODUÇÃO

A Anistia como derivação da palavra grega amnestia, significa esquecimento, ou seja, a lei criada pelo Poder Legislativo brasileiro de número 6.683, em agosto de 1979, veio justamente para perdoar os crimes políticos que ocorreram no país durante a Ditadura Militar. Cada país possui sua legislação sobre a Lei da Anistia, que corresponde de acordo com a realidade do país, em sua maioria, ocorreram julgamentos referentes aos crimes relacionados à tortura, de forma individual dando ao réu a oportunidade de contraditória defesa.

Porém, a Lei da Anistia no Brasil contraria a todas as decisões relacionadas aos crimes políticos acontecidos em outras nações. Em consequência da Ditadura Militar no Brasil nas décadas de 60 a 80, a Lei da Anistia teve a sua vigência decretada no país em 1985 para trazer de volta com urgência exilados políticos. Por causa de todo o contexto histórico vivido naquela época a medida foi cabível.

Mas nos dias atuais essa Lei necessita de uma reforma devido ao novo contexto histórico em que o país vive. Num momento em que as pessoas necessitam serem informadas judicialmente de seus direitos e deveres, possuir uma Lei que continua defendendo pessoas por seus crimes absurdos sem nenhuma responsabilização é completamente inviável e injusto.

PROBLEMÁTICA

A América Latina foi marcada, durante o período que segue da década de 1960 ao final da década de 1980, por diversas ditaduras. Regimes autoritários em que não imperava a vontade do povo e de seus representantes democraticamente eleitos, mas a vontade de poucos que tomaram para si o poder.

No Brasil, os políticos ignoraram a experiência vivida no país ao tentar lidar com o ocorrido na Ditadura Militar, de forma amena, recorrendo a Anistia ao invés do julgamento. Essa atitude dá aos "supostos" condenados (os quais nunca chegaram a pisar em uma corte) a AUTO-ANISTIA, desvinculando-os de qualquer responsabilidade, que seja, sobre os crimes cometidos entre 1964-1989, durante o Golpe Militar.

Infelizmente a única maneira de chamar a atenção para as Leis da Anistia na América Latina e ao redor do mundo são através de ações frente a Tribunais Regionais, Nacionais e Internacionais, mobilizados pelas vítimas sobreviventes, para que algo social possa vir à ser feito, mantendo a memória deste acontecimento sempre viva para que ela jamais volte a acontecer.

OBJETIVO

1. Incentivar o debate jurídico sobre a relevância do aperfeiçoamento na elaboração, aplicação da Lei de Anistia e a realização da Justiça-sob o enfoque neoconstitucionalista, pós-positivista.
2. Evidenciar que as diferentes influências ocorridas no mundo ocidental tem importância para se fazer uma Justiça mais limpa no Brasil.
3. Entender porque a Lei da Anistia foi vetada, e compreender que é urgente a sua revisão em um tempo em que o país clama por responsabilização.

CONCLUSÃO

A Anistia Internacional tem como intuito defender os direitos humanos, garantindo que todos os seres humanos desfrutem de seus direitos plenos. Desta forma inspirando mudanças no mundo para que a voz de cada um seja ouvida, até que ninguém mais seja torturado ou executado.

